



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Conselheiro Domingos Neto

Telefone(s): (65) 3613-7513

e-mail: presidencia@tce.mt.gov.br

Ofício Nº : 622/2018

Cuiabá-MT, 10 de abril de 2018

A Sua Senhoria o Senhor

**Dr. GIOVANI MENDES FERREIRA**

Av. Érico Preza, Cond. Residencial Alphaville, Rua R. Das Canelas, 532, Bairro Jardim Itália  
CEP 78.061-316  
Cuiabá/MT

**Assunto: Processo 31.591-5/2017 (Auditoria Especial de Conformidade)**

Prezado Senhor,

Por meio do Ofício nº 2.155/2017 desta Presidência, Vossa Senhoria foi CITADO para apresentar alegações de defesa sobre os apontamentos emitidos pela Secretaria de Controle Externo de Auditorias Operacionais deste Tribunal (Processo 31.591-5/2017).

No entanto, até a presente data, conforme certificação da Gerência de Controle de Processos Diligenciados Vossa Senhoria não apresentou manifestação.

Assim sendo, com fundamento no artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República, artigos 6º e 59, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 269/2007 (Lei Orgânica TCE/MT), artigos 137, "c" e "d", e 140, da Resolução Normativa n. 14/2007 (Regimento Interno TCE/MT), em atenção aos princípios do contraditório e ampla defesa, **REITERO a CITAÇÃO** de Vossa Senhoria, concedendo-lhe novo prazo de 15 dias, a contar do recebimento deste, para que apresente alegações de defesa sobre os apontamentos contidos no Relatório Técnico Preliminar ([Doc. Digital nº 318593/2017](#)) e respectivo Anexo ([Doc. Digital nº 321089/2017](#)), emitidos pela Secretaria de Controle Externo de Auditorias Operacionais deste Tribunal, referentes a Auditoria Especial de Conformidade sobre despesas judiciais de saúde (cirurgias) imputadas à Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso – SES/MT, sob pena das sanções regimentais.

Atenciosamente,

(assinatura digital)<sup>1</sup>

Conselheiro **DOMINGOS NETO**  
Presidente

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.